



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS



## RESOLUÇÃO CME/ N° 003/2019

**Estabelece normas para credenciamento e autorização de funcionamento e regula procedimentos correlatos das instituições de Educação Básica do Sistema Municipal de Ensino de Passa Sete.**

**O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PASSA SETE**, Estado do Rio Grande do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.058 de 04 de outubro de 2011 alterado pela Lei Municipal N° 1.512 de 22/08/2017.

### RESOLVE:

**Art. 1º** A presente Resolução tem o objetivo de normatizar o processo de credenciamento e autorização de funcionamento, bem como os procedimentos correlatos das instituições da Educação Básica, pertencente ao Sistema Municipal de Educação de Passa Sete;

## TÍTULO I

### DA ORGANIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 2º** Entende-se por instituição de Educação Básica, integrante do SME/PASSA SETE:

I - Escola Municipal de Educação Infantil - EMEI, mantida pelo poder público municipal, com atendimento a crianças de zero a três (03) anos e onze (11) meses de idade em creche e de quatro (04) a cinco (05) anos e onze (11) meses de idade em pré-escola;

II - Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF, mantida pelo poder público municipal, com atendimento a estudantes a partir dos seis (06) anos de idade;

III - Escola Municipal de Educação Básica - EMEB, mantida pelo poder público municipal, com atendimento da Educação Infantil, para crianças de quatro (04) a cinco



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**PASSA SETE - RS**

(05) anos e onze (11) meses de idade em pré-escola, e do Ensino Fundamental, para estudantes a partir dos seis (06) anos de idade;

**Art. 3º** O ato de criação consiste na formalização da intenção de criar e manter uma instituição de Educação Básica, submetendo-se, para seu funcionamento, às normas do SME/PASSA SETE.

Parágrafo Único. O ato de criação citado no caput do artigo é efetivado, para a mantida pelo poder público, por decreto municipal ou equivalente.

**Art. 4º** Quanto à denominação:

I - a instituição de Educação Básica, mantida pelo poder público municipal incluirá em sua denominação o adjetivo "Municipal";

II - no caso de alteração de denominação adotada pela instituição já credenciada e autorizada, pública ou privada, esta deverá ser comunicada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Deporto - SMECTDL, administradora do SME/PASSA SETE, por meio da entrega de documentos comprobatórios, no prazo de quinze (15) dias após alteração, para fins de emissão de Parecer pelo CME/PASSA SETE, conforme relação abaixo:

- a) ofício de comunicação da alteração da denominação, contendo justificativa direcionada à presidência do CME/PASSA SETE.
- b) cópia do Contrato Social, Estatuto ou Decreto Municipal com a devida alteração;
- c) cópia atualizada do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, para a instituição privada.

**Art. 5º** A instituição de Educação Básica será considerada como tal a partir do atendimento sistemático de, no mínimo, quatro (04) horas diárias para turno parcial e sete(07) horas para turno integral.

Parágrafo Único. Na Educação Infantil será considerada como Escola a instituição que ofertar atendimento para grupo com número superior a QUATRO (4) crianças, na faixa etária de zero a cinco (05) anos e onze (11) meses de idade, submetida à normatização do SME/PASSA SETE, se submetendo a denuncia será encaminhada para os órgãos competentes(conselho tutelar, Ministério Publico)



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**Art. 6º** Para ser considerada em situação regular, a instituição de Educação Básica do SME/PASSA SETE deverá preencher as seguintes determinações:

§ 1º Integrar-se ao SME/PASSA SETE, por meio da realização do competente cadastro e recadastro anual da instituição de que tratam as normativas vigentes, o que é condição para regularidade, resolução 1, de 18 março de 2019.

§ 2º Estar credenciada mediante comprovação, com base na legislação vigente, de que reúne as condições de infra estrutura física e local para oferta dos níveis por ela indicados, e será habilitada a desenvolver esses níveis depois de autorizada a funcionar.

§ 3º Estar autorizada pelo CME/PASSA SETE para funcionamento dos níveis da Educação Básica por ela indicados. A autorização consiste na comprovação de que a instituição dispõe das condições pedagógicas estabelecidas nas normas específicas contidas nesta Resolução e nas demais normativas vigentes.

## TÍTULO II

### DA INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 7º** Todo o imóvel destinado à Educação Básica pertencente ao SME/PASSA SETE depende de aprovação pelos órgãos oficiais competentes.

**Art. 8º** O imóvel destinado à Educação Básica deve ser de alvenaria ou similar, atendendo aos padrões mínimos de qualidade.

§ 1º O imóvel misto deverá ser gradativamente adequado para alvenaria ou similar.

§ 2º O prédio pode ser próprio, locado ou cedido. No caso de escola pública deve ser próprio e em situação emergencial e temporária poderá ser cedido.

§ 3º O imóvel deve apresentar condições adequadas de localização, acesso, saneamento e segurança, em total conformidade com a legislação que rege a matéria.

§ 4º Os ambientes destinados à Educação Básica do SME/PASSA SETE e seus respectivos acessos devem ser de uso exclusivo escolar, não podendo ser de uso comum em domicílio ou estabelecimento comercial, industrial ou de prestação de serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**PASSA SETE - RS**

§ 5º O imóvel deve apresentar condições de segurança contra incêndio conforme prevê a legislação pertinente.

**Art. 9º** A instituição deve ter bebedouro ou similar com condições de higiene, água potável, preferencialmente equipado com dispositivo de filtro, localizado na área de recreação ou nas áreas de circulação na proporção de um (01) para cada cem (100) estudantes ou fração, garantindo, no mínimo um(01), adequado também para Pessoa com Deficiência - PcD - e uso infantil.

Parágrafo Único. Observar que a utilização de caneca ou similar seja individualizada.

**Art. 10** A instituição que possui Sala de Recursos Multifuncionais – SRM, para Atendimento Educacional Especializado - AEE, deve dispor de sala específica, de material para sua finalidade e de profissional habilitado(a) de acordo com a legislação vigente.

**Art. 11** Deve-se garantir a acessibilidade ao 2º pavimento conforme legislação vigente.

§ 1º Uma vez não garantida essa acessibilidade os espaços de uso comum, deverão ter rampas de acesso e deverão estar localizados no pavimento térreo.

§ 2º A instituição que atende a Educação Infantil e que possui 2º pavimento usará, preferencialmente, esse espaço para salas de atividades com crianças a partir de três (03) anos.

§ 3º A escada, com no mínimo 1,20m de largura para construção já existente e para as novas edificações conforme norma vigente, deve ser revestida com piso de material lavável, não escorregadio, com iluminação e ventilação natural e direta, com tela de proteção, além disso, deve ser dotada de corrimão nos dois (02) lados.

§ 4º Rampa e/ou plataforma elevatória deverão ser igualmente protegidas.

§ 5º As aberturas e o corredor, no 2º pavimento, devem possuir telas, redes ou similar para proteção; se for basculante não é necessário tela de proteção;



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**Art. 12** O corredor da instituição deve ter piso de material lavável, não escorregadio, com iluminação e ventilação natural e direta, além de possuir no mínimo 1,20m de largura para construção já existente e para as novas edificações executar conforme norma vigente.

Parágrafo Único. Fica vedada a utilização de tapete no corredor e na área de passagem.

## CAPÍTULO I

### EDUCAÇÃO INFANTIL

**Art. 13** A instituição de Educação Infantil deve dispor de espaços físicos, onde se desenvolvam as atividades de cuidado e educação com acessibilidade, qualidade e segurança, garantindo às crianças:

I - um ambiente amplo, seguro, tranquilo e aconchegante, para o convívio das crianças e dos(as) trabalhadores (as) em educação da instituição;

II - mobiliário adequado às atividades pedagógicas com tamanho e quantidade proporcional à faixa etária que possibilite a liberdade de movimento das crianças, observando que:

- a) as escolas de Educação Básica que atendem à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental devem garantir sala de atividades e banheiro de uso específico;
- b) nos espaços comuns o mobiliário deve ser de tamanho adequado para a Educação Infantil que garanta segurança no atendimento;

III - acessibilidade arquitetônica, bem como de comunicação e informação, através de instalação de rampas ou outras formas que ofereçam segurança, espaço físico, mobiliário e equipamentos necessários a cada especificidade;

IV - disponibilidade dos jogos, brinquedos e objetos próprios à faixa etária dos grupos de crianças, com número suficiente e em locais de fácil alcance, que possam ser manuseados sem perigo;

V - espaço seguro, organizado individualmente, destinado aos objetos de uso pessoal como: caneca d'água, toalhas, escova dental, entre outros;



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

VI - ambientes com permanentes condições de higiene, segurança, salubridade, ventilação, iluminação e acessibilidade;

VII - espaço externo próprio, com consideração do número de crianças que o utilizam, por turno, contendo equipamentos lúdicos e seguros adequados ao desenvolvimento das habilidades das crianças e à faixa etária, onde também seja possível a exploração de elementos naturais em espaços livres, ensolarados, sombreados, arborizados, gramados, de areia, de chão batido e/ou com piso.

**Art. 14** A instituição deve conter espaços conforme as especificidades de atendimento, dispondo de:

I - sala para atividades administrativas e de apoio pedagógico com a garantia da privacidade no atendimento e de local seguro de guarda de documentos;

II - salas de atividades para os grupos de crianças, com área mínima de 1,20m<sup>2</sup> por criança, com iluminação e ventilação direta, dispondo de mobiliário e equipamentos adequados ao nível de desenvolvimento, como: mesas e cadeiras/bancos infantis, tatames, colchonetes, entres outros, conforme Projeto Político-pedagógico - PPP - e Regimento Escolar;

III - sala e/ou local apropriado para atividades múltiplas, com segurança e privacidade, iluminação e ventilação diretas, equipamentos e acessórios adequados, que proporcionem um trabalho pedagógico diversificado e a liberdade de movimentos e de expressão das crianças, constituindo-se num espaço para o contato com as artes e as novas tecnologias, com possibilidade de uso simultâneo por mais de um grupo;

IV - sala de berçário, para o atendimento das crianças de zero a um (01) ano e onze (11) meses de idade, equipado com:

a) berços com colchonetes revestidos de material impermeável, com a distância mínima de 50 cm entre cada berço e a parede, ou camas empilháveis com proteção para bebês de zero a onze (11) meses de idade;

b) colchonetes, com no mínimo 5cm de altura, individuais revestidos de material impermeável ou cama empilhável para crianças a partir de um (01) ano de idade;

c) local para higienização com cuba de fibra, inox ou similar, medindo no mínimo 50x40x20 cm, com água corrente quente e fria e balcão para troca de roupas;

d) espaço interno para amamentação, que garanta conforto e tranquilidade para a mãe e o bebê, provido de poltrona, cadeira ou banco com encosto;



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

e) espaço externo com acesso ao sol em local próprio com equipamentos e acessórios para a estimulação dos bebês e/ou o uso do espaço comum com equipamentos e acessórios para a estimulação dos bebês conforme PPP;

V - cozinha devidamente equipados com utensílios e área para armazenamento de alimentos e o acesso à cozinha deve possuir barreira, uma portinhola ou similar, providade tranca que impeça o acesso das crianças;

VI - banheiros infantis devem:

a) conter vasos sanitários e pias de tamanho infantil, suficientes para o número de crianças atendidas, na proporção de um (01) para cada vinte (20) crianças;

b) possuir local para higiene oral com espelho, se possível;

c) estar situados contíguos ou próximos às salas de atividades, com iluminação e ventilação diretas;

d) conter um (01) chuveiro ou ducha higiênica contígua ao vaso sanitário, no mínimo em um banheiro e

e) não conter chaves ou trancas nas portas;

VII - área de circulação em condições plenas de segurança e iluminação;

VIII - espaço externo acessível e compatível com o número de crianças que se utilizam dele simultaneamente, com:

a) equipamentos adequados à faixa etária atendida pela escola;

b) caixa de areia protegida ao acesso de animais ou higienizada;

c) praça de brinquedos, preferencialmente com grama ou areia(caixa com tampa);

d) espaços livres para brincadeiras, jogos e outras atividades curriculares;

IX - ao adotar o regime de tempo integral, a escola deve prover local interno para repouso, podendo ser dentro da sala de atividades, com berços ou cama empilhável com proteção para faixa etária de zero a onze (11) meses de idade, e colchonetes individuais revestidos de material liso, lavável e impermeável ou cama empilhável para as demais faixas etárias e quando não utilizados, devem ficar dispostos em local arejado e que não cause risco às crianças.

§ 1º Os ambientes internos e externos referidos neste artigo devem ter condições adequadas e permanentes de conservação, higiene, salubridade e segurança.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**PASSA SETE - RS**

§ 2º As dependências citadas nos incisos V, VI e VII devem ser pavimentadas com pisos que ofereçam segurança, de fácil limpeza e ter as paredes revestidas com material liso e lavável.

§ 3º A sala de atividades para qualquer faixa etária da Educação Infantil deve ter no mínimo 12m<sup>2</sup>.

**Art. 15** O agrupamento de crianças da Educação Infantil tem como referência o PPP, o espaço físico e a faixa etária, observada a relação numérica entre crianças e trabalhadores (as) em educação de acordo com a Resolução da Educação Infantil. Abaixo segue a discriminação do agrupamento:

- I – na faixa etária de 0 a 11 meses, até 05 crianças por professor(A)/ monitor;
- II – na faixa etária de 1 ano, até 6 crianças por professor(A)/ monitor;
- III – na faixa etária de 2 anos, até 9 crianças por professor(A)/ monitor;
- IV – na faixa etária de 3 anos, até 12 crianças por professor(A)/ monitor;
- V – na faixa etária de 4 anos, até 18 crianças por professor(A)/ monitor;
- VI – na faixa etária de 5 anos, até 20 crianças por professor(A)/ monitor;

Parágrafo primeiro: Se o número de crianças por professor/monitor exceder a 60% do previsto no Art. 15º, será autorizada a contratação de outro profissional;

**Art. 16** Admite-se a possibilidade de ampliação do número de crianças, com um professor e mais um trabalhador de educação não docente permanentes na sala de atividades, respeitada a metragem de 1,20m<sup>2</sup> por criança, nas seguintes faixas:

- I – na faixa etária de 0 a 11 meses, até 10 crianças;
- II – na faixa etária de 1 ano, 12 crianças;
- III – na faixa etária de 2 anos, até 16 crianças;
- IV – na faixa etária de 3 anos, até 18 crianças;
- V – na faixa etária de 4 anos, até 20 crianças;
- VI – na faixa etária de 5 anos, até 22 crianças.

§ 1º turma mista: poderá ocorrer este agrupamento, respeitando a divisão de creche ou pré-escola, considerada a relação numérica entre crianças e trabalhadores (as) em educação da menor faixa etária que o compõe.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**PASSA SETE - RS**

§ 2º Cada grupo de crianças deve ter pelo menos um(a) trabalhador(a) em educação docente de Educação Infantil, tanto no turno da manhã quanto no turno da tarde, conforme legislação trabalhista.

§ 3º O profissional de Educação, que dispõe o caput deste artigo deverá ter formação mínima de nível médio ou superior, quando acima do número de crianças estabelecido nos incisos I, II, III, IV, V e VI, outrossim esse profissional terá direito de se afastar da turma num período mínimo de 15 min, sendo substituído por outro profissional de igualdade de nível de escolarização.

§ 4º Em turmas cujo atendimento inclua PcD, sugere-se a adequação do número de crianças mediante a análise de cada situação, conforme dispõe a legislação nacional vigente e normativas do CME/PASSA SETE.

§ 5º Durante todo o tempo em que a criança permanecer sob a responsabilidade da instituição, em nenhum momento poderá ficar sem o acompanhamento de um(a)trabalhador(a) em educação docente da Educação Infantil.

§ 6º o número de crianças por sala de atividades deve considerar inicialmente a metragem de 1,20cm<sup>2</sup> por criança

§ 7º O estabelecimento do número de crianças por turma deve ser definido a partir de estudo conjunto entre mantenedora, instituição mantida e, no caso de escolas da rede pública, com o Conselho Escolar.

**Art. 17** Incluir progressivamente câmeras de Seguranças nas EMEIs;

## **CAPÍTULO II**

### **ENSINO FUNDAMENTAL**

**Art. 18** A instituição deve dispor de espaços físicos, onde se desenvolvam as atividades de cuidado e educação com acessibilidade, qualidade e segurança, garantindo aos estudantes:

I - um ambiente amplo e tranquilo para o convívio de estudantes e de trabalhadores(as) em educação da instituição;



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

II - infraestrutura física adequada às características dessa oferta de ensino e em consonância com o PPP e o Regimento Escolar.

III - As salas de aula devem ser em número suficiente para atender aos(as) estudantes, obedecendo à proporção de 1,20 m<sup>2</sup> por estudante em cada sala e observando o limite máximo do número de estudantes por turma:

- a) 1º ano: até vinte e três (23) estudantes;
- b) 2º ano e 3º ano: até vinte e cinco (25) estudantes;
- c) 4º ano e 5º ano: até vinte e oito (28) estudantes;
- d) anos finais: até trinta (30) estudantes;
- e) em turmas cujo atendimento inclua PcD, sugere-se a adequação do número de estudantes mediante a análise de cada situação, conforme dispõe a legislação nacional vigente e normativas do CME/PASSA SETE;

f) a instituição, ao organizar as turmas, deve ter o cuidado ao distribuir os(as) estudantes com deficiência de forma a evitar agrupá-los(as) numa mesma turma, caracterizando assim classe especial conforme normativa vigente do CME/PASSA SETE;

g) o estabelecimento do número de estudantes por turma deve ser definido a partir de estudo conjunto entre mantenedora, instituição mantida e Conselho Escolar.

IV - área administrativo-pedagógica com salas para direção, apoio pedagógico, secretaria e sala de trabalhadores (as) em educação;

V - biblioteca em sala exclusiva com ventilação e iluminação natural e direta, proteção nas janelas com incidência de sol, mesas para consulta, cadeiras, estantes e trabalhador(a) em educação responsável pelo seu funcionamento;

VI - sala de recursos didáticos e/ou atividades múltiplas exclusiva, se necessário ser conjugada com outro ambiente, que seja garantido o espaço para o desenvolvimento das atividades;

VII - espaço para educação física e recreação:

a) área térrea própria para a prática de educação física e recreação, junto à escola com espaço coberto e/ou descoberto;

b) recomenda-se que a área destinada à praça com brinquedos seja mantida com areia ou grama;

VIII - cozinha e refeitório devidamente equipados com utensílios e área para armazenamento de alimentos, que atendam às exigências de nutrição e saúde e o acesso à cozinha deve possuir barreira, uma portinhola ou similar, provida de tranca que impeça o acesso de estudantes;

IX - instalações sanitárias para estudantes, independente por gênero, e para trabalhadores (as) em educação, em construção de alvenaria, com ventilação natural, com piso e paredes revestidos de material liso e lavável, com equipamento nas seguintes proporções:

- a) um (01) lavatório para cada cinquenta (50) estudantes ou fração;
- b) um (01) vaso sanitário para cada vinte e cinco (25) estudantes ou fração;
- c) um (01) lavatório e um (01) vaso sanitário para cada vinte e cinco (25) estudantes ou fração quando conjugados;
- d) banheiro com um (01) lavatório e um (01) vaso sanitário para cada vinte (20) trabalhadores (as) em educação ou fração, preferencialmente com chuveiro;
- e) um (01) sanitário adaptado à PcD;

X - as salas de aula devem estar equipadas com uma mesa/cadeira escolar e uma cadeira por estudante, adequada a sua faixa etária e/ou suas necessidades; mesa e cadeira para o(a) professor(a), armário e quadro de giz ou similar.

XI - As salas de aula devem ter aeração e iluminação natural direta e proteção adequada nas janelas com incidência de sol.

XII - ao adotar o regime de tempo integral, a escola deve prover local interno para repouso, podendo ser dentro da sala de atividades, com equipamentos e materiais necessários e quando não utilizados, estes devem ficar dispostos em local arejado e que não cause risco aos(às) estudantes.

Parágrafo Único. Os ambientes internos e externos referidos neste artigo devem ter condições adequadas e permanentes de conservação, higiene, salubridade e segurança;

**Art. 19.** Incluir progressivamente câmeras de Seguranças nas EMEFS;

### CAPÍTULO III

#### EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 20** A Instituição de Educação Básica para sua organização e regular funcionamento deve seguir o disposto nos Capítulos I e II do Título II - Da Infra estrutura e Organização Pedagógica da Instituição da Educação Básica, desta Resolução.

### TÍTULO III

#### DO REGIMENTO ESCOLAR

**Art. 21** O Regimento Escolar é o documento legal que define e normatiza a organização e o funcionamento do estabelecimento de ensino.

**Art. 22** O encaminhamento do Regimento Escolar de cada instituição da Educação Básica para aprovação por este Conselho será feito pela Mantenedora.

§ 1º A análise do texto regimental realizada por este Conselho poderá ensejar correções a serem, de imediato, elencadas e conduzidas à Mantenedora para sua incorporação.

§ 2º A aprovação do Regimento Escolar por este Conselho, mediante Parecer, é condição para a autorização de funcionamento das Escolas de Educação Básica pertencentes ao SME/PASSA SETE.

**Art. 23** Diretrizes para elaboração de Regimento Escolar devem ser seguidas de acordo com legislação vigente do CME/PASSA SETE.

### TÍTULO IV

#### DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

**Art. 24** O Projeto Político-pedagógico - PPP - é um documento que apresenta a identidade da instituição que pressupõe a interdependência da autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira.

§ 1º O PPP define objetivos, diretrizes e ações que a escola desenvolverá ao considerar a legislação educacional vigente e as proposições da comunidade escolar dentro de uma concepção democrática.



§ 2º O documento do caput deste artigo explana as características da instituição por meio das propostas de trabalho organizadas ao se pensar na formação cidadã de estudantes.

**Art. 25** A elaboração do PPP pode considerar a forma de trabalho já realizado e introduzir novas propostas ao visar à renovação do fazer educacional, devendo:

I. contemplar os documentos educacionais orientadores quanto à Educação em Direitos Humanos, à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, à Educação das Relações Étnico-raciais, à Educação Musical e à Educação Ambiental e outros que venham a ser aprovados por órgãos educativos:

II. contemplar os anseios dos segmentos da comunidade escolar, articulados com a legislação vigente e expressos em proposições pedagógicas.

**Art. 26** O PPP, instância de construção coletiva que respeita os sujeitos das aprendizagens, entendidos como cidadãos com direitos à proteção e à participação social, bem como com seus deveres, deve contemplar:

I - dados de identificação da instituição;

II - diagnóstico da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, contextualizados no espaço e no tempo, devendo considerar a organização da instituição de tal modo que seja compatível com as características de seus sujeitos e as questões de acessibilidade, além da natureza e das finalidades da educação, deliberadas e assumidas pela comunidade educacional;

III - filosofia da instituição, com bases norteadoras da organização do trabalho pedagógico, explicitadas em ações concretas;

IV - organização curricular com metodologia de trabalho pedagógico e objetivos que explicitem a relação conteúdos e qualidade das aprendizagens voltada para o desenvolvimento de conhecimentos - saberes, competências, habilidades, valores e práticas;

V - avaliação como programa de acompanhamento de acesso, de permanência dos estudantes e de superação da retenção escolar, avaliação da aprendizagem e mobilidade escolar;



VI - avaliação institucional interna, complementada pelas avaliações externas, com o objetivo de pensar, organizar e reestruturar a instituição com a participação da comunidade escolar para a melhoria da educação, explicitando os instrumentos de coleta das informações necessárias para essa ação, além disso, a divulgação e a discussão, periódica, dos resultados das avaliações;

VII - explicitação das funções que compõem a organização administrativa e pedagógica, descrevendo um programa de formação inicial e continuada dos(as) profissionais, bem como os fundamentos da gestão democrática, compartilhada e participativa;

VIII - órgãos colegiados e de representação estudantil;

IX - referências bibliográficas.

**Art. 27** Caberá à Instituição de Educação Básica elaborar e executar o seu PPP, em consonância com o Regimento Escolar e a legislação educacional vigente.

**Art. 28** A elaboração do PPP deve envolver todos os segmentos da comunidade escolar.

**Art. 29** A apresentação do PPP é condição para a autorização de funcionamento das Escolas de Educação Básica pertencentes ao SME/PASSA SETE.

## TÍTULO V

### DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA DE PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

**Art. 30** Para atuar na Educação Básica o(a) trabalhador(a) em educação docente, deve ter a seguinte formação:

I - Educação Infantil: Licenciatura em Pedagogia;

II - Ensino Fundamental – Anos Iniciais: Licenciatura em Pedagogia;

III - Ensino Fundamental – Anos Finais: Licenciatura específica por componente curricular.



§ 1º A mantenedora incentivará a valorização dos(as) profissionais da Educação através do aperfeiçoamento profissional continuado, visando contemplar a formação permanente, assim como o respeito e o suporte específico ao(à) profissional com deficiência.

§ 2º O(A) trabalhador(a) em educação deve ter formação continuada de estudos relacionados à Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva e serviço de orientação e acompanhamento de Equipe Interdisciplinar composta por profissionais especializados(as) no planejamento das atividades pedagógicas.

**Art. 31** Entende-se por profissional da Educação Básica:

I - trabalhador(a) em educação docente (professor(a)) da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

II - trabalhador(a) em educação não docente (monitor(a), auxiliar de turma ou estagiário(a), secretário(a) escolar, vigilante, porteiro(a), merendeiro(a), cozinheiro(a), serviços gerais e outros), com formação conforme legislação vigente.

§ 1º Haverá a possibilidade da contratação de estagiário(a), estudante de licenciatura e pós educação na área da educação ou de nível médio na modalidade Normal, para atuar como trabalhador(a) em educação não docente.

**Art. 32** A mantenedora da instituição de Educação Básica deverá dispor de profissionais ou equipe multiprofissional para assessoria e atendimentos específicos às turmas sob sua responsabilidade, sendo indispensáveis:

a) Pedagogo(a) para atuar como Supervisor(a)/Coordenador(a), com carga horária conforme definição da mantenedora, conforme Plano de Carreira Municipal;

b) Nutricionista, com carga horária conforme legislação vigente.

Parágrafo Único. Poderão compor o caput deste artigo, profissionais como: Psicólogo(a), Fonoaudiólogo(a), Psicopedagogo(a) e outros que a mantenedora entender como necessário.

**Art. 33** A direção de instituição de Educação Básica deve ser exercida por profissional formado(a) em curso de Graduação ou em nível de pós-graduação na área da Educação, conforme legislação vigente.

**Art. 34** A oferta regular de Educação Básica em instituição pertencente ao SME/PASSA SETE efetiva-se com o atendimento do descrito nos arts. 5º e 6º desta Resolução.

**Art. 35** O processo para o credenciamento e a autorização de funcionamento, determinado no art. 6º §§ 2º e 3º, desta Resolução, deve ser encaminhado à SMECTDL, órgão gerenciador do SME/PASSA SETE, que após análise enviará ao CME/PASSA SETE, instruído com as peças a seguir descritas:

I - ofício com o pedido de credenciamento e autorização de funcionamento dos níveis que pretende atender e a justificativa desta solicitação, dirigido à presidência do CME/PASSA SETE,subscrito pelo(a) representante legal da entidade mantenedora;

II - cópia do decreto de criação e de denominação quando se tratar de escolas municipais;

III - cópia da Ata de Criação, do Estatuto ou do Contrato Social para as escolas privadas, se estes tiverem sido alterados após o cadastro/recadastro junto ao SME/PASSA SETE .

IV - cópia dos alvarás:

a) de Localização e Funcionamento de Atividades, se escola mantida pela iniciativa privada;

b) de Licença da Vigilância Sanitária, no caso de instituição de educação infantil pública;

c) de Prevenção e Proteção Contra Incêndios;

V. cópia do Número de Inscrição Cadastral – NIC, que integra a instituição ao SME/PASSA SETE e comprova a oferta do ensino;

VI. cópia do documento de propriedade do imóvel ou da sua locação ou cessão (se escola mantida pela iniciativa privada);

VII. cópia do Projeto Político-pedagógico – PPP;





VIII. Regimento Escolar elaborado conforme normativa vigente ou declaração da mantenedora no caso de adoção de Regimento Padrão já aprovado pelo CME/PASSA SETE;

IX. titulação dos(as) profissionais da instituição de acordo com o Quadro Técnico Administrativo e Docente – QTAD (Anexo II):

a) para escola pública deve ser por meio de uma única declaração de escolaridade assinada pelo(a) Secretário(a) Municipal de Educação;

X. preenchimento dos Anexos I e II desta Resolução;

XI. fotografias atualizadas de cada dependência da instituição.

**Art. 36** A instituição pertencente ao SME/PASSA SETE, que não possui credenciamento e autorização de funcionamento, será considerada irregular e seus atos serão nulos para todos os efeitos. A mantenedora deverá encaminhar o pedido de regularização aos órgãos competentes conforme artigo 34 desta Resolução.

§ 1º A mantenedora deverá encaminhar o pedido de regularização aos órgãos competentes conforme artigo 34 desta Resolução.

§ 2º Será encaminhada ao Ministério Público, para as devidas providências, a instituição que continuar irregular após concluídas todas as tratativas.

**Art. 37** O credenciamento e autorização de funcionamento será concedido à escola que estiver Apta, consideradas as exigências da presente Resolução.

**Art. 38** O credenciamento concedido à instituição de Educação Básica terá validade de no máximo cinco (05) anos a contar da datada emissão do Parecer do CME/PASSA SETE, ato legal que a credencia.

Parágrafo Único. Se durante o período máximo de cinco (05) anos forem constatadas quaisquer irregularidades, o CME/PASSA SETE, após as medidas expressas no Título VII – Das Irregularidades e do Descredenciamento e Cessação de Funcionamento desta Resolução, poderá descredenciar e/ou cessar o atendimento da Instituição.

**Art. 39** Para o recredenciamento o processo será instruído com as seguintes peças:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail:cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**PASSA SETE - RS**

I - ofício com pedido de credenciamento e a justificativa desta solicitação, dirigido à presidência do CME/PASSA SETE, subscrito pelo representante legal da entidade mantenedora;

II - ofício que informa a data de aprovação do Regimento Escolar ou novo Regimento para análise e aprovação do CME/PASSA SETE, com cópia do PPP;

III - outras peças seguem o art. 34, incisos “III”, “IV”, “V”, “VIII”, “IX”, “X”, “XI” e “XII”.

**Art. 40** O CME/PASSA SETE poderá cessar o efeito do ato de credenciamento e autorização de funcionamento da instituição de Educação Básica, em grau de recurso, nos termos do art.5º, inciso I, alínea “b”, da Lei Municipal nº 6.341/2007 ou conforme as alterações que vierem a ocorrer.

Parágrafo Único. A instituição escolar que cessar suas atividades, conforme legislação vigente, deverá informar sobre destino da escrituração escolar e dos arquivos passivo e permanente.

## **TÍTULO VII**

### **DAS IRREGULARIDADES E DO DESCRENCIAMENTO E CESSAÇÃO DE FUNCIONAMENTO**

**Art. 41** A SMECTDL, no uso das atribuições que lhe facultam o art. 65 desta Resolução, ao observar irregularidade, procederá da seguinte forma:

I - expedirá notificação à instituição de Educação Básica, que conterá na íntegra as irregularidades, bem como a comunicação da instauração de uma Comissão Especial para verificação “in loco”, contendo também a convocação dos responsáveis pela mesma, para que se façam presentes à verificação;

II - a Comissão será composta, no mínimo, por três (03) membros;

III - após a verificação “in loco”, a Comissão Especial deverá elaborar relatório escrito, claro e conciso, que declare a existência ou não do fato irregular descrito;

IV - Não comprovada a denúncia, o processo será arquivado e neste caso, a instituição ficará, por período determinado, sob observação da SMECTDL, que poderá, a qualquer tempo, requerer a reabertura do processo;

V - Comprovada a denúncia, será encaminhada de forma expressa ao CME/PASSA SETE.

**Art. 42** O CME/PASSA SETE receberá o registro das irregularidades, tomará as providências cabíveis, e dará ciência à instituição, que terá assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º A instituição será notificada, se for o caso, para sanar a irregularidade, no prazo que este Colegiado determinar.

§ 2º Transcorrido o prazo, sem que seja sanada a irregularidade, a instituição será advertida ou interditada temporariamente, conforme a análise do caso.

§ 3º Se, ainda assim, a instituição deixar o prazo correr e não sanar a irregularidade, a presidência do CME/PASSA SETE lavrará termo expresso que declare cessado o efeito do ato de autorização de funcionamento da instituição.

§ 4º A mantenedora da rede privada que tiver Instituição de Educação Básica com o ato de autorização cessado, com base no art. 39 desta Resolução, só poderá solicitar nova autorização de funcionamento, para qualquer instituição mantida, transcorridos 03 (três) anos da data da declaração de cessação do efeito do ato de autorização.

**Art. 43** A Instituição de Educação Básica, devidamente credenciada e autorizada para funcionamento, que não possuir espaços físicos adequados para o desenvolvimento das atividades de cuidado e educação, conforme os Artigos do Título II Da Infra - Estrutura e Organização Pedagógica da Instituição da Educação Básica desta Resolução, será descredenciada por este Colegiado.

§ 1º Será composta, pelo CME/PASSA SETE, Comissão averiguadora das irregularidades, que deverá comprovar tais aspectos através de verificação in loco, seguida de relatório de verificação.

§ 2º Caso sejam comprovadas as irregularidades pela Comissão averiguadora, a Instituição de Educação Básica será notificada e, posteriormente, se não sanadas as





PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail:cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE –RS

**PASSA SETE - RS**

irregularidades, a mesma será advertida e a situação encaminhada ao Plenário do CME/PASSA SETE para análise do caso, que decidirá sobre:

a) descredenciamento temporário: ato por meio de Parecer que estabeleça prazo para sanar as irregularidades;

b) descredenciamento permanente: ato por meio de Parecer que descredencia sem a possibilidade de novo pedido pela mantenedora, pelo prazo de três (03) anos a contar da aprovação do Parecer emitido pelo CME/PASSA SETE de acordo com o art. 41 § 4º desta Resolução.

§ 3º O ato de descredenciamento e cessação de funcionamento implica na suspensão do atendimento aos estudantes.

**Art. 44** A cessação de funcionamento de estabelecimento da Educação Básica, devidamente autorizado no SME/PASSA SETE, consiste no encerramento da oferta de ensino deste como um todo ou em parte.

§ 1º A suspensão temporária de funcionamento é admitida de parte – creche, pré-escola, anos iniciais e finais – ou total, em razão de circunstâncias excepcionais e passageiras, devidamente analisadas pelo CME/PASSA SETE.

§ 2º A cessação de funcionamento ocorrerá, preferencialmente, sempre ao final do semestre ou da unidade de tempo estabelecida na organização adotada pelo estabelecimento, salvo quando houver transferência de todos(as) os(as) estudantes desta etapa.

**Art. 45** A instituição que, por decisão de sua mantenedora, cessar totalmente o funcionamento autorizado, será descredenciado e terá cessada a autorização de funcionamento, mediante Parecer deste Conselho, com base em processo encaminhado pela SMECTDL.

§ 1º O pedido de descredenciamento e de cessação de funcionamento de estabelecimento para a oferta da Educação Básica deverá ser encaminhado à SMECTDL, até sessenta (60) dias antes do encerramento das atividades.

§ 2º Caso a mantenedora da iniciativa privada tenha interesse em novamente oferecer esta etapa, o prazo para abertura de processo não poderá ser inferior a três (03) anos, a contar da exarcação de Parecer de cessação de atividades.

§ 3º Caso a mantenedora de escola pública do campo, a comunidade deverá expressar sua aceitação ao ato de cessação, através de ata feita em assembléia dirigida pelo conselho escolar desta comunidade.

**Art. 46** A solicitação de emissão de ato de descredenciamento por cessação de funcionamento de curso será constituída com as seguintes peças:

I - pedido do(a) representante legal da entidade mantenedora dirigido à Presidência do CME/PASSA SETE;

II - justificativa para o encerramento da oferta de ensino;

III - informação sobre o destino dos(as) estudantes remanescentes, se instituição pública municipal ou que mantenha convênio/contrato com o Poder Público Municipal;

IV - cópia dos atos de criação da escola e dos de designação, denominação e, se for o caso, reorganização da escola, quando se tratar de instituição pública municipal;

V - cópia do ato de credenciamento da escola e de autorização para funcionamento da etapa;

VI - cronograma de encerramento do funcionamento, se for gradativo;

VII - informações sobre as condições e o destino da escrituração escolar e do arquivo passivo e permanente;

VIII - cópia da ata de reunião de comunicação prévia aos segmentos escolares atingidos pela decisão de cessar o funcionamento de curso ou do estabelecimento, no caso de escolado campo deve constar o exposto no § 3º do art. 44º.

**Art. 47** Recebido o pedido que trata da cessação de funcionamento de curso, a SMECTDL designará Comissão Verificadora para, in loco, avaliar:

I - conformidade dos dados e das informações nele contidos com a realidade da escola;

II - condições da escrituração escolar e do arquivo que permitam a constatação da identidade de cada estudante, bem como a regularidade da frequência.

**Art. 48** A instituição da Educação Básica do SME/PASSA SETE que encerrar suas atividades e não solicitar ao CME/PASSA SETE o descredenciamento e a cessação da autorização de funcionamento, estará em situação irregular e seus atos serão nulos para todos os efeitos.

Parágrafo Único. Para fins de arquivamento do processo do referido estabelecimento, observar-se-ão os §§ 1º e 2º e as alíneas 'a' e 'b' do art. 42 desta Resolução.

**Art. 49** A cessação do funcionamento da instituição deverá ser informada com, no mínimo, sessenta (60) dias de antecedência do ato à SMECTDL e ao CME/PASSA SETE.

**Art. 50** O CME/PASSA SETE receberá o registro formal de irregularidade e tomará as providências cabíveis, de acordo com a presente Resolução, em especial ao exposto no Art. 41.

## TÍTULO VIII

### DA TROCA DE SEDE

**Art. 51.** Na mudança de sede, a mantenedora encaminhará o pedido à SMECTDL, órgão gerenciador do SME/PASSA SETE, que após análise enviará o processo ao CME/PASSA SETE, instruído com as peças referentes à nova sede a seguir descritas:

I - ofício contendo o pedido de troca de sede e a justificativa desta solicitação, dirigido à presidência do CME/PASSA SETE, subscrito pelo(a) representante legal da entidade mantenedora;

II - cópia atualizada do NIC, com identificação da instituição e comprovação da oferta do Ensino;

III - ofício que informa a data de aprovação do Regimento Escolar ou novo Regimento para análise e aprovação do CME/PASSA SETE, com cópia do PPP;

IV - preenchimento do anexo I desta Resolução;

V - outras peças seguem o Art. 34, incisos "III", "V", "VIII", "IX" e "XII".

Parágrafo Único. Caso ocorram alterações no QTAD, deverão ser encaminhados os comprovantes da titulação dos(as) trabalhadores(as) em educação da instituição, bem como O Anexo II, desta Resolução, devidamente preenchido.

**Art. 52** O processo de descredenciamento da sede antiga deve ser, preferencialmente, concomitante ao credenciamento da nova sede.

**Art. 53** O atendimento aos(às) estudantes, na nova sede, somente deverá ocorrer após o seu credenciamento.

**Art. 54** A mudança de endereço da instituição, deverá ser informada com, no mínimo, sessenta (60) dias de antecedência do ato à SMECTDL e ao CME/PASSA SETE.

## TÍTULO IX

### DA TROCA DE MANTENEDORA

**Art. 55** A entidade mantenedora da instituição de Educação Básica é responsável pelo provimento de todas as condições de infraestrutura, instalações e equipamentos, assim como pela garantia do QTAD necessário à oferta qualificada do ensino.

**Art. 56** Entende-se por troca de mantenedora, a transferência de responsabilidades entre entidades, sejam privadas ou públicas, regradas de acordo com sua natureza jurídica, cujo objeto é a instituição mantida como um todo, assumida integralmente pela nova mantenedora.

**Art. 57** A troca de mantenedora deve assegurar, no mínimo, a continuidade dos requisitos básicos de recursos materiais e de pessoal para a oferta qualificada do ensino, sem descontinuidade ou sobressalto das atividades educacionais, o que exige informações sobre as condições administrativas e de financiamento de quem assume essa manutenção.

**Art. 58** A troca de mantenedora somente será oficializada à entidade que possuir o cadastro regularizado no SME/PASSA SETE e que, diretamente ou por qualquer instituição mantida, não tenha cometido, nos últimos três (03) anos, as irregularidades consignadas na presente Resolução.

**Art. 59** A transferência de manutenção entre entidades privadas, ou seja, de mesma natureza jurídica, é uma transação expressa em contrato devidamente registrado no qual



celebram um acordo de cláusulas definidas quanto às responsabilidades e obrigações para manter uma instituição e, assim, uma entidade passa a assumir os compromissos da outra que se retira totalmente dessa tarefa.

**Art. 60** A partir dessa caracterização, para que o CME/PASSA SETE se manifeste, por meio de Parecer, ao tomar conhecimento da transferência de manutenção das instituições de ensino dare de privada, devem integrar o processo os documentos abaixo relacionados:

I - da atual mantenedora:

a) ofício dirigido à presidência do CME/PASSA SETE, devidamente identificado e com assinatura do(a) representante legal, comunicando a troca de mantenedora;

b) cópia da ata da reunião realizada entre os(as) representantes da instituição, com a devida identificação dos seus membros, em que conste a decisão de transferir a manutenção, a exposição de motivos e dos procedimentos adotados para dar ciência à comunidade escolar sobre a decisão tomada;

II – da nova mantenedora:

a) ofício do(a) representante da entidade dirigido à presidência do CME/PASSA SETE, devidamente identificado e com assinatura, comunicando que concorda em assumir a manutenção;

b) cópia da ata da reunião realizada entre os(as) representantes da entidade, devidamente identificados, em que conste a exposição dos motivos que levam a essa aceitação;

c) cópia atualizada do Contrato Social ou Estatuto da entidade, com o devido registro;

d) cópia atualizada do CNPJ;

e) certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;

f) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

g) declaração da capacidade de autofinanciamento, referindo que pode assumir as responsabilidades de manutenção, com identificação do declarante e assinatura;

h) cópia do NIC, com identificação da instituição e comprovação da oferta do ensino.



**Art. 61** A transferência de manutenção entre entidades públicas pode ocorrer entre Estado e Município, mediante legislação vigente.

**Art. 62** Processos que vierem a reverter a municipalização ou a estadualização de escolas públicas devem, também, ser encaminhados ao Conselho de Educação competente para sua manifestação.

**Art. 63** Após a conclusão do ato administrativo que regulariza a troca de mantenedora, o Poder Público competente deverá, por ato próprio, designar e denominar a escola pela qual passou a ser responsável.

**Art. 64** O CME/PASSA SETE, ao manifestar-se sobre a troca de manutenção, emitirá Parecer de credenciamento ou descredenciamento e consignará que a instituição pública passará a integrar ou deixará de integrar o SME/PASSA SETE, conforme o caso.

## TÍTULO X

### DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 65** À mantenedora incumbe organizar, executar, manter, administrar, orientar e coordenar as atividades da instituição mantida, ligada à Educação Básica, velando pela observância da legislação respectiva e pelo cumprimento das decisões do CME/PASSA SETE e o SME/PASSA SETE.

**Art. 66** Cabe à SMECTDL, enquanto órgão administrador do SME/PASSA SETE, realizar a orientação, o acompanhamento, a supervisão, a avaliação e o assessoramento às instituições públicas e privadas do SME/PASSA SETE, observando:

- I - cumprimento da legislação educacional;
- II - efetivação do PPP e Regimento Escolar;
- III - condições de acesso e permanência de estudantes na Educação Básica;
- IV - processo de melhorias da qualidade dos serviços prestados, considerando o previsto no PPP e o disposto na regulamentação vigente;
- V - qualidade dos espaços físicos, instalações e equipamentos e a adequação as suas finalidades;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

VI - regularidade dos registros de documentação e arquivo;

VII - oferta e execução de programas suplementares, de material didático escolar, transporte e alimentação, quando escola pública.

**Art. 67** A EMEF credenciada e autorizada pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/RS, que ainda não possui credenciamento e autorização de funcionamento emitido pelo CME/PASSA SETE para todas as etapas que atende, terá até dois (02) anos a contar da vigência desta Resolução para fazer o pedido de regularização, por meio da SMECTDL.

Parágrafo Único. A SMECTDL deverá encaminhar ao CME/PASSA SETE, dentro do prazo estabelecido, os processos de credenciamento e autorização de funcionamento das escolas de que trata o caput deste artigo.

**Art. 68** Os casos omissos a esta Resolução serão avaliados pelo CME/PASSA SETE.

**Art. 69** A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação;

**Art.70** Revogam-se as Resoluções em contrário, em especial a Resolução nº 001, de 19 de abril de 2018, que “fixa normas para oferta da Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Passa Sete e dá outras providências” e a Resolução nº 001/2018, de 18 de abril de 2018, que “estabelece normas para o credenciamento e autorização de funcionamento de Escola de Educação Infantil (EMEI) no Município de Passa Sete/RS .

Aprovada por unanimidade em Sessão Plenária do dia 25 de abril de 2019.

Conselheiros:

Andreia Giacobe  
Catieli Raminelli  
Edinara Turcattto  
Gilsonei de Vargas  
GlacianeTorrel



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

Idolesia de Fátima Cremonese Lopes

Jarciane Faber Melchior relatora



Cleonice Klotz

Presidente do CME/PASSA SETE

Conselho Municipal de Educação  
Aprovado em 25/04/19  
Presidente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**FORMULÁRIO INFORMATIVO DOS DADOS DA INSTITUIÇÃO DE  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

CADASTRO CME/SL NIC nº. \_\_\_\_\_

<b>1) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO</b>	
Nome Fantasia da Instituição conforme CNPJ ou Decreto Municipal	
Mantenedora/Razão Social	
Endereço completo da Instituição:	
Bairro:	
CEP:	
Telefone:	
E-mail:	
Nome do proprietário/presidente da Instituição, se privada:	
Endereço:	
Fone Residencial:	
E-mail:	
Nome do Responsável pela Direção da Instituição:	



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
 Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
 E-mail:cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
 PASSA SETE –RS

Contato:	
E-mail:	
Escola de Educação Básica:	<input type="checkbox"/> EI <input type="checkbox"/> EF <input type="checkbox"/> EB
<input type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Particular <input type="checkbox"/> Filantrópica <input type="checkbox"/> Comunitária <input type="checkbox"/> Confessional.	
<b>2) ATOS E REGISTROS LEGAIS:</b>	
<b>2.1) Escola pública</b>	
A) Atos	
Decreto de Criação nº Data	
Decreto de Denominação nº Data	
Parecer de Credenciamento e Autorização de Funcionamento nº Data	
Outros	
B) Alvará da Licença da Vigilância Sanitária nº _____.	
Data da Emissão:Prazo de Validade:	
C) Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndios nº _____.	
Data da Emissão:Prazo de Validade:	
<b>2.2) Escola privada</b>	
A) CNPJ	
Nº:	
Anexar cópia caso haja alteração após cadastro/recadastro anual	
(requerer cópia pelo site <a href="http://www.receita.fazenda.gov.br">http://www.receita.fazenda.gov.br</a> )	
B) Contrato Social ou Estatuto com a Ata de	



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
 Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
 E-mail:cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
 PASSA SETE –RS

Criação (enviar cópia somente se houve alteração após Recadastramento Anual da Mantenedora)	
Data da Criação da Empresa:	
Data da última alteração:	
C) Alvará da Licença da Vigilância Sanitária nº _____.	
Data da Emissão: Prazo de Validade:	
D) Alvará de Prevenção e Proteção contra Incêndios nº _____.	
Data da Emissão Prazo de Validade:	
E) Localização do Imóvel: (contrato de locação ou certidão do cartório do registro de imóveis ou termo de cessão de uso, conforme o caso)	
( ) imóvel locado ( ) imóvel próprio ( ) termo de cessão de uso ( ) outros	
Data do início do contrato:	
Data do término do contrato:	
G) Declarações (se tiver sofrido alterações após o cadastro/recadastramento anual da mantenedora):	
Contribuições Sociais:	
Regularidade Financeira:	

<b>3) ESTRUTURA FÍSICA DO PRÉDIO:</b>			
A)	Prédio	de:	( ) Alvenaria ( ) Similar.
Especificar: _____			
B)	Nº	de Blocos _____	Nº de Pavimentos _____
C) Prédio: ( ) Próprio ( ) Conveniada ( ) Cedido ( ) Locado ( ) Outro _____			



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
 Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
 E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
 PASSA SETE -RS

D) Bebedouros: ( ) NÃO ( ) SIM. Quantidade: _____
Localização: _____
E) Descrição das dependências e equipamentos existentes. Informe a quantidade e a metragem no quadro a seguir e inutilizar os campos em branco:

Quantidade Área m <sup>2</sup> Dependência/Equipamentos	
Serviço de portaria	
Sala da Secretaria	
Sala da Direção/Supervisão	
Salas de atividades/aula. Citar metragem individual de cada sala	
Sala de Atividades Múltiplas	
Sala de Recursos Didáticos	
Sala para repouso	
Salas Temáticas( Sala de Recursos Multifuncionais, Artes, Diversidade, laboratórios, etc.). Especificar e citar metragem individual de cada sala.	
Biblioteca	
Berçário	
Balcão para troca de roupas	
Poltrona, cadeira ou banco com encosto para amamentação.	
Cuba com água quente e fria	
Lactário	



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
 Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
 E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
 PASSA SETE - RS

<b>Área livre e de lazer – Equipamentos:</b>	
<b>Quantidade Área m<sup>2</sup> Dependência/Equipamentos</b>	
Área de lazer interna ou coberta	
Área de lazer externa (pátio)	
Caixa de areia protegida	
<b>Relação de brinquedos e equipamentos externos:</b>	
<b>Quantidade Área m<sup>2</sup> Dependência</b>	
Solário	
Banheiro para crianças/ Número de Chuveiros	
Banheiro para Adultos/ Número de Chuveiros	
Sanitário infantil adaptado à PcD	
Sanitário adulto adaptado à PcD	
Cozinha	
Refeitório	
Dispensa ou Depósito	
Outros. Especificar:	
<b>Recursos Pedagógicos: (Informe o recurso existente na escola e a quantidade)</b>	
<b>RECURSO QUANTIDADE RECURSO QUANTIDADE</b>	
Aparelho de som Casinhas	
Computadores Livros de História	
Televisão Arcos	
Aparelho-DVD Fantoques	
Projektor Espelhos	
CD Bolas	





PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

DVD Brinquedos Diversos	
Cordas Jogos Diversos e pedagógicos.	
Pneus	
Outros matérias presentes na escola	
F) A Escola está acessível conforme ABNT 9050? <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO.	

### CURRÍCULO ESCOLAR

4) FAZ PARTE DO CURRÍCULO DA ESCOLA: (caso ocorra fora do espaço escolar, informar o local)

Dança?	
Judô/ capoeira?	
Balé?	
Informática?	
Língua Estrangeira? Qual?	
Música?	
Natação?	
Outros - Quais?	

### 5) PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E REGIMENTO ESCOLAR:

5.1) A escola possui PPP:  CONCLUÍDO  EM CONSTRUÇÃO.

5.2) A escola possui Regimento Escolar:  CONCLUÍDO  EM CONSTRUÇÃO.

### 6) ATENDIMENTO:

6.1) Horário de funcionamento da escola:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

PASSA SETE - RS

<b>MANHÃ/ TARDE/ INTEGRAL</b>	
6.2) Possui local para repouso de estudantes matriculados no turno integral? ( ) SIM ( ) NÃO.	
Local:	
Nº de Colchonetes (Educação Infantil):	
6.3) Fornecimento de refeições: ( ) SIM ( ) NÃO.	
Quais?	
As refeições são preparadas: ( ) Pela Escola ( ) Terceirizadas.(indicar a empresa)	
O cardápio é organizado: ( ) Semanal ( ) Quinzenal ( ) Mensal ( ) Outro.	
Responsável cardápio: _____	pelelo
6.4) Total turmas: _____	de
<b>ANEXO II</b>	
<b>QUADRO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DOCENTE – QTAD</b>	
Informar todas as pessoas relacionadas à instituição: Direção, Supervisão Escolar, Docentes, Educadores, Monitores, Assistentes, Auxiliares, Serviços de Cozinha, Serviço de Limpeza, Psicólogo, Pediatra, Nutricionista, Dentista, Serviços de Apoio, etc., conforme realidade da escola.	
<b>NOME DO PROFISSIONAL</b>	
<b>FUNÇÃO*:</b>	



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

**TITULAÇÃO (CONCLUÍDA):**

**NOME DATURMA E FAIXA ETÁRIA:**

**Nº DE ESTUDANTES\*\* SALA m2:**

**HORÁRIO DE TRABALHO, INICIO, INTERVALO E TÉRMINO**

\* Informar se é DOCENTE, EDUCADOR, MONITOR, ASSISTENTE ou AUXILIAR DE TURMA.

\*\* Informar o nº real de estudantes matriculados(as) (da compra de vagas + particulares).

**Declaro que todas as informações constantes neste documento são verdadeiras.**

Nome do(a) Responsável pelo preenchimento: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

PASSA SETE , \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail:cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

Anexo I- Modelo de Regimento Escolar

## REGIMENTO ESCOLAR

O Regimento Escolar da instituição de educação deve explicitar os seguintes elementos mínimos constitutivos, de acordo com as etapas e modalidades de educação oferecidas:

### 1- DA ESCOLA:

**1.1 Fins:** contemplar uma síntese dos referenciais que representam a opção filosófica e ética, epistemológica já abordados amplamente no Projeto Político-Pedagógico.

**1.2 Etapas e Modalidades:** explicitar as etapas e modalidades oferecidos bem como suas especificidades.

**Etapas:** Educação Infantil e Ensino Fundamental.

**Modalidades:**

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial (atendimento educacional especializado)

**1.2.1 Objetivos das Etapas e Modalidades de ensino oferecidos:** contemplar os objetivos próprios da escola, agregando elementos legais.

**2. Currículo:** apresentar uma síntese da concepção e os elementos estruturantes do currículo apontados no Projeto Político-Pedagógico.

## **2.1 Planos de Estudos/Campos de Experiência**

Descrever a organização formal do currículo em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e o Projeto Político-Pedagógico da instituição.

### **3. Metodologia de Ensino/Educação:**

Os Princípios Metodológicos adotados pela escola e que fundamentam a efetivação do currículo devem ser explicitados no Regimento Escolar em consonância com o Projeto Político-Pedagógico.

### **4. Organização Escolar:**

**4.1** Explicitar a forma como a instituição está organizada de acordo com o art. 23 da LDBEN.

#### **4.2 Ano Letivo e Calendário Escolar:**

Definir a organização do ano letivo e do Calendário Escolar, contemplando as diretrizes estabelecidas para dias letivos, reuniões, formação continuada e demais atividades escolares.

#### **4.3 Do Estudante/Da Criança**

##### **4.3.1 Matrícula:**

Definir o que compreende a matrícula, rematrícula, ingresso de estudantes/crianças durante o ano e documentação necessária.

**4.3.2 Avaliação:** descrever os procedimentos de avaliação baseados nos princípios elencados na LDBEN no art. 24 para o Ensino Fundamental e art. 31.1 para a Educação Infantil em consonância com o Projeto Político-Pedagógico, definindo:





PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE –RS

- Critérios e instrumentos utilizados no processo de avaliação;
- Forma de registro do processo de avaliação;
  
- Forma e periodicidade da expressão dos resultados/ percursos da avaliação;
  
- Forma de expressão da aprendizagem do estudante/criança no final do ano letivo com estabelecimento de critérios mínimos para aprovação no Ensino Fundamental.

**4.3.3 Estudos de Recuperação:** descrever os procedimentos utilizados nos Estudos de Recuperação baseados nos princípios elencados no art. 24 da LDBEN Inciso V, letra “e”, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico, definindo:

- Objetivos, operacionalização e registro dos Estudos de Recuperação.

**4.3.4 Controle da Frequência:**

- Mínimo legal de frequência;
- Manutenção do controle da frequência (Estudante: 75% e Criança: 60%);
- Atividades complementares para o estudante infrequente;
- Comunicação aos pais e/ou responsáveis e ao Conselho Tutelar sobre a infrequência.

**4.3.5 Classificação:** descrever os procedimentos utilizados na Classificação baseados nos princípios elencados no art. 24 da LDBEN Inciso II, em consonância com o Projeto Político Pedagógico, definindo:

- Os estudantes que serão classificados e em que prazo;
- A realização e os critérios que serão utilizados na avaliação dos estudantes;
- Forma de registro.

**4.3.6 Progressão:** definir a opção da instituição pela oferta da progressão e como ela será operacionalizada.

4.3.6.1- Progressão Continuada: pressupõe ausência de reprovação

4.3.6.2- Progressão Parcial: pressupõe possibilidade de reprovação parcial

4.3.7 **Aceleração de Estudos:** definir a opção da instituição pela oferta da aceleração de estudos e como ela será operacionalizada.

4.3.8 **Avanço:** descrever os procedimentos utilizados no avanço baseados nos princípios elencados no art. 24 da LDBEN Inciso V, letra "c", em consonância com o Projeto Político Pedagógico, definindo:

- Os estudantes que terão oportunidade de avançar e em que prazo;
- A realização e os critérios que serão utilizados na avaliação dos estudantes;
- Forma de registro.

4.3.9 **Reclassificação:** descrever os procedimentos utilizados na reclassificação baseados nos princípios elencados no art. 23 da LDBEN, em consonância com o Projeto Político Pedagógico, definindo:

- Em que casos pode ser utilizada;
- Critérios e responsáveis pela avaliação;
- Forma de registro.

4.3.10 **Transferência:** explicitar:

- Forma de requisição;
- Documentação a ser expedida;
- Prazo para expedição do Histórico Escolar.

4.3.11 **Certificação de conclusão do Ensino Fundamental**

- Procedimento para a certificação
- Documentação a ser expedida

4.4 **Da Instituição:**



**4.4.1 Gestão:**

4.4.1.1 **Órgãos Colegiados:** definir quais e suas funções, citando as Leis que os legitimam e se possuem regimento próprio.

4.4.1.2 **Direção ou Equipe Diretiva:** composição e atribuições.

4.4.1.3 **Corpo Docente:** definir composição e suas atribuições baseadas nos princípios elencados no art. 13 da LDBEN, em consonância com o Projeto Político Pedagógico

4.4.1.4 **Funcionários:** definir composição e suas principais atribuições.

4.4.1.5 **Serviços de Apoio:**

- Serviços que a Escola oferece;
- Objetivo de cada serviço;
- Formas de atendimento.

4.4.1.6 **Corpo Discente:** composição

**4.4.2 Princípios de convivência:**

- Definir os Princípios de Convivência, observando legislação vigente;
- Forma de construção.

**4.4.3 Avaliação:** como se dará a avaliação da instituição:

- Objetivos;
- Período;
- Forma;
- Participação;
- Instrumentos;
- Registros;
- Divulgação.







PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado Pela Lei Municipal nº. 1.058 de 04/10/2011  
Alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: cme.passaseters@outlook.com Telefone: 51. 3616 6041  
PASSA SETE -RS

5. **Casos Omissos:** como a instituição resolverá os casos omissos no Regimento Escolar.

## ANEXO II

### ORIENTAÇÕES GERAIS PARA O REGIMENTO ESCOLAR

**I - O Regimento Escolar deverá:**

- a) atender à legislação educacional vigente, especialmente a LDBEN nº 9.394/96 e as normas do Sistema Municipal de Educação de Sobradinho;
- b) observar a coerência entre as concepções do Projeto Político-Pedagógico e da proposta regimental, tanto nos aspectos pedagógicos quanto nos aspectos de gestão;
- c) distribuir-se em Títulos, Capítulos, Seções e Artigos que podem ser desdobrados em Parágrafos, Incisos ou Alíneas, conforme disposição técnico-legislativa;
- d) apresentar uma folha de rosto com identificação da Escola e com o título, conforme nível e modalidade de ensino oferecidos;
- e) formatar o documento de acordo com as normas da ABNT;
- f) usar os verbos no tempo presente do indicativo em todo o texto do regimento;
- g) disciplinar todos os aspectos do funcionamento escolar, estruturados com clareza suficiente para solucionar situações, garantindo a legalidade dos trabalhos escolares.

**II- Quanto à Forma deverá:**

- a) apresentar a matéria regimental de forma simples, clara e impessoal;
- b) utilizar linguagem correta, concisa e precisa;
- c) expor ideias bem relacionadas e em sequência adequada;
- d) evitar palavras que possibilitem dupla interpretação;
- e) utilizar somente palavras e frases indispensáveis à redação do texto.

**III- Quanto ao Conteúdo deverá apresentar informações completas sobre a estrutura, organização e o funcionamento da escola:**

- a) demonstrando o entrosamento indispensável entre os diversos órgãos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado pela Lei Municipal nº. 1058 de 01/10/2011,  
alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: [cmc.passaseters@outlook.com](mailto:cmc.passaseters@outlook.com) Telefone: 51 3616 6041  
PASSA SETE-RS

b) caracterizando brevemente cada uma das funções desempenhadas pelos profissionais na escola;

c) prevendo as soluções para as várias situações do cotidiano da escola e indicando de forma prescritiva as ações a serem realizadas e o profissional responsável pelo acompanhamento e execução de cada uma delas;

d) mantendo consonância com o Projeto Político Pedagógico.

IV- Quanto ao Conteúdo deverá evitar:

a) a transcrição de disposições normativas superiores que se achem inseridas em legislação Municipal, Estadual e Federal;

b) a reprodução de normas constantes de documentos que devem ser aprovados pelos interessados diretos, tais como Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, Círculo de Pais e Mestres, que devem ter Regimento próprio;

e) o detalhamento de tarefas rotineiras.

### ANEXO III – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

II – PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	
Roteiro de Elaboração:	
1.	Apresentação
2.	Breve histórico da escola
2.1	Diagnóstico atual da escola
3.	Retrato da Comunidade e das Famílias
4.	Missão, Visão e Objetivos
5.	Objetivos da Escola
5.1	Objetivos da Educação Infantil/ Anos Iniciais / Anos Finais/EJA
6.	Concepções: criança, infâncias, desenvolvimento infantil, aprendizagem.
6.1	Criança
6.2	Infâncias
6.3	Desenvolvimento Infantil
6.4	Aprendizagem
7.	Concepção do Plano Orientador de Práticas Pedagógicas



PASSA SETE - RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA SETE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Criado pela Lei Municipal nº. 1058 de 01/10/2011,  
alterado pela Lei Municipal nº 1.512 de 22/08/2017  
E-mail: [cme.passaseters@outlook.com](mailto:cme.passaseters@outlook.com) Telefone: 51 3616 6041  
PASSA SETE-RS

8. Concepção do Plano de Trabalho do Professor
9. Currículo:
10. Organização dos tempos espaços e materiais
11. Avaliação
12. Perfil dos Professores
13. Perfil dos Profissionais da Escola
14. Órgãos Colegiados
15. Gestão Escolar
16. Ações a serem implementadas para alcançar os objetivos Político- Pedagógicos definidos no PPP
CONSIDERAÇÕES

